



MEMÓRIAS DO SILÊNCIO: HISTÓRIAS DA CENSURA DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA ERA VARGAS CONTADAS POR DESCENDENTES DE IMIGRANTES EM TERRAS SINOPENSES

Jackeline Cabral Loureiro de Almeida (UNEMAT)¹
jackloureiro@gmail.com

Débora Pereira Lucas Costa (UNEMAT)²
deborajor@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho nos remete a uma reflexão sobre o poder da linguagem e sua interferência ativa na formação histórica e política do Brasil. O artigo discorre sobre o prestígio concedido à língua portuguesa em detrimento aos demais idiomas utilizados no país durante o governo de Getúlio Vargas. Para isso, apresenta como chancela para os relatos históricos, depoimentos de descendentes de imigrantes japoneses, italianos e alemães, que atualmente vivem no município de Sinop, localizado na região amazônica ao norte do Estado de Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE: Era Vargas; Imigração; Sinop.

RESUMEN: Este estudio nos lleva a una reflexión sobre el poder del lenguaje y su interferencia activa en la formación histórica y política de Brasil. El artículo discute el prestigio otorgado a la lengua portuguesa, en detrimento de otros idiomas que se utilizan en el país durante el gobierno de Getulio Vargas. Para ello, cuenta con el sello de relatos históricos, testimonios de descendientes de migrantes japoneses, italianos y alemanes, que actualmente viven en el municipio de Sinop, ubicada en la región amazónica al norte de Mato Grosso.

PALABRAS CLAVE: Vargas; Imigración; Sinop.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns acontecimentos na Era Vargas (1930-1945). Dentre eles, a censura da língua materna para os estrangeiros e a obrigatoriedade da aquisição da língua portuguesa. Apresentamos também a postura do

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Juara. Intérprete Educacional de LIBRAS - pelo Centro de Apoio à Inclusão do Surdo – CASIES/Cuiabá. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras, UNEMAT/Sinop. Pesquisadora Bolsista pela CAPES, membro do grupo de Pesquisa “Educação Científico-Tecnológica e Cidadania” certificado pelo CNPQ. E-mail: jackloureiro@gmail.com

² Bacharel em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Especialista em Jornalismo Político pela AVM Faculdade Integrada. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras, UNEMAT/Sinop. E-mail: deborajor@hotmail.com.



governo no que se refere aos imigrantes alemães, italianos e japoneses, no período da censura linguística, vivenciado por seus descendentes (avós, pais).

Para que você leitor compreenda como se deu essa migração faremos um breve histórico da Era Vargas e uma pequena introdução sobre a cidade de Sinop, integrante da região amazônica ao norte de Mato Grosso. Participaram da pesquisa: dois italianos, dois japoneses e dois alemães, migrantes oriundos de várias regiões do Brasil para Sinop/MT. Em virtude de preservar a identidade dos entrevistados, colocamos na transcrição das entrevistas dos alemães o sobrenome e para os demais entrevistados a nacionalidade e a idade.

Para que se possa transparecer a discursividade dos sujeitos, Eni Orlandi (2015) argumenta que, a necessidade de observar o lugar da constituição do sujeito “que é um lugar de significação historicamente constituído”. Acrescenta ainda que “é preciso procurar compreendê-lo através da sua historicidade” (p.48). Foi pensando nessa historicidade, nestes argumentos, que a pesquisa deu-se com descendentes de italianos, japoneses e alemães imigrantes, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas orais com a utilização de um gravador de voz, transcritas e analisadas posteriormente.

A Era Vargas

A data de 3 de novembro de 1930 marca o fim da República Velha no Brasil e o início da Era Vargas. O chamado “Governo Provisório” passou a ser chefiado pelo político gaúcho, Getúlio Vargas, exatamente um mês após o desencadeamento de um golpe de estado que impossibilitou o paulista Júlio Prestes de assumir o governo brasileiro.

As eleições, que deram vitória a Prestes, ocorreram em 1 de março de 1930 e a cerimônia de posse estava prevista para o dia 1 de novembro do mesmo ano. A escolha de Júlio Prestes ocorreu poucos meses depois da quebra da Bolsa de Nova Iorque (outubro de 1929), que provocou uma crise econômica mundial, sentida também no Brasil, principalmente no setor cafeeiro, responsável pela maior parte da movimentação de exportações. A turbulência econômica afetou a chamada política do café-com-leite

(São Paulo e Minas Gerais alternavam-se na Presidência da República) e as oligarquias dividiram-se. Mas foi a chamada Revolução de 1930, um movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul (apoiadores de Getúlio Vargas), que depôs o presidente da república Washington Luís, em 24 de outubro, e impediu a posse do presidente eleito e indicado por ele, Júlio Prestes.

Greves e reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, propostas de mudanças políticas mais profundas, constante desenvolvimento de associações sindicais e partidárias, traduziam um contexto em que as classes médias e os operários emergiram com um crescente nível de consciência e organização (GARCIA, 1999, p.14).

Entre as primeiras ações do governo Vargas, destacam-se a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ainda em novembro de 1930 e a promulgação de diversas leis trabalhistas. Garcia (1999) ressalta ainda que, na década de 30, o país estava preparado para a industrialização, pois contava com capital acumulado através da agroexportação e com contingente de trabalhadores livres, em formação desde a abolição, além dos imigrantes europeus.

E esta era a preocupação do governo Vargas, evitar a sangria do país e investir na nacionalização. Através do *decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930*, por exemplo, restringiu a entrada de imigrantes no Brasil, chamados de “passageiros estrangeiros de terceira classe”, à medida que vigorou até 1933 com a justificativa de que “uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social”. Neste contexto,

O número de operários, que era de 54.164 em 1889 e de 196.000 em 1910, passava para 275.512 em 1920 e 450.000 em 1930. Parte desse crescimento se devia à presença de imigrantes que, trazendo experiências das lutas operárias na Europa, contribuíram para a politização dos trabalhadores brasileiros. Esses imigrantes, geralmente anarquistas, fundaram organizações classistas, orientavam movimentos e divulgavam suas ideias através de conferências, palestras, folhetos, livros, jornais, peças teatrais, cursos. (GARCIA, 1999, p. 49).

Foi, assim, o início da Era Vargas, um período de 15 anos (1930 a 1945), no qual Getúlio governou o país. A liderança ininterrupta foi dividida em três fases:

- A primeira com o Governo Provisório (1930-1934), quando Vargas governou por decreto através de um cargo instituído pela Revolução, enquanto aguardava a adoção de uma nova constituição brasileira.
- A segunda, quando Vargas foi eleito pelo Congresso Nacional (derrotando Borges de Medeiros) é também denominada de Governo Constitucional (1934-1937).
- E a terceira é chamada de Estado Novo (1937-1945), quando Vargas impõe uma nova constituição com poderes ditatoriais.

Esta última fase só foi assumida porque, em 30 de setembro de 1937, Getúlio denunciou um suposto plano de tomada do poder, Plano Cohen, impedindo as eleições e permanecendo no poder. Em 10 de novembro de 1937, ele instituiu o Estado Novo com o forte ideal de o Estado intervir nas atividades econômicas, inclusive nas privadas, e anunciou a decisão de suspender os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa.

Com o fechamento do Congresso e das Assembleias estaduais, transferiu-se ao ‘Presidente’ o poder de legislar que, além disso, poderia demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares (GARCIA, 1999, p.62).

Para Aguiar (1999), essa transferência tornou-se um jogo de ambiguidades que durou de “1934 a 1940”, fazendo com que o presidente tirasse partido das diferentes oportunidades que surgissem (p.77).

No ano de 1945, Getúlio foi deposto do poder, mas, eleito a presidente novamente por voto direto no ano de 1951. Getúlio Vargas encerrou sua carreira política no dia 24 de agosto de 1954, ao suicidar-se com um tiro no coração, em seu aposento no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

3 A campanha de Nacionalização



No período do Estado Novo (1937-1945), fortaleceu-se a campanha de Nacionalização imposta por Vargas, que via nos imigrantes um risco à homogeneidade cultural do país. Sendo assim, foram criados diversos museus impedindo a evasão de bens culturais, além do incentivo a órgãos destinados à produção cultural brasileira (GARCIA, 1999). Surgem neste período o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Cinema Educativo.

Realizaram-se, também, promoções, exposições, concessão de prêmios, edição de livros e publicações diversas, produção de filmes educativos e documentários, emissão de programas radiofônicos, todos voltados para a discussão e difusão de aspectos da realidade brasileira (GARCIA, 1999, p. 78).

Essas medidas vieram no mesmo período em que surge o Departamento Nacional de Propaganda, depois transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda, estes trabalhavam para a veiculação de mensagens oficiais e materiais que enalteciam as ações de Getúlio Vargas e censuravam a livre expressão. “Um momento de extremo autoritarismo, em que os meios de produção e difusão de ideias se encontravam sob o mais absoluto controle do Estado” (*idem*, 1999, p. 13).

Diante do exposto, Garcia (1999) relata que os partidos e associações ficaram proibidos de funcionar. As forças armadas estavam fortalecidas. Nos governos estaduais atuavam chefias nomeadas da confiança de Vargas, o que fortalecia ainda mais o Executivo. Ainda segundo o autor, “a legislação trabalhista, apesar de atender a algumas antigas reivindicações da classe assalariada, destinava-se especialmente a organizar o trabalho de forma a desmoralizar o operariado e garantir a reprodução do capital” (p. 66).

No ano de 1937, uma nova constituição redigida pelo jurista mineiro Francisco Campos e, segundo Villa (2000), esta constituição foi baseada no modelo das Cartas de Itália, Polônia e Alemanha. “A Carta de 1937 ficou conhecida com o nome de Polaca devido à forte influência da Constituição polonesa, na sua estrutura” (VILLA, 2000, p. 6). Após a sanção da constituição de 1937, iniciou-se a campanha de Nacionalização, tornando obrigatório o cultivo da história do Brasil e a educação em língua portuguesa,

em um sistema que obedecia a regulamentação dos livros didáticos e a forte presença militar nas escolas.

A Carta Constitucional vedava a criação de sindicatos e associações profissionais sem reconhecimento pelo Estado, proibia a greve e estabelecia limites à entrada de imigrantes e ao número de trabalhadores estrangeiros nas diversas atividades. O que tinha em mente era a neutralização da força organizatória e de mobilização dos trabalhadores, inclusive restringindo a presença de imigrantes que muito haviam contribuído para a eclosão de movimentos operários no passado. (GARCIA, 1999, p. 85).

Os estrangeiros representavam risco, na visão de Vargas, por serem politizados e terem acesso aos ideais de guerra. Contudo, “Às greves e manifestações, os empresários responderam com a despedida e o governo com a pressão e a violência policial ou com a expulsão dos trabalhadores estrangeiros que estavam no Brasil” (*idem*, 1999, p. 49).

Uma das medidas para dissolver a homogeneidade dos núcleos coloniais foi a determinação de que trabalhadores brasileiros natos deveriam estar presentes em maior número do que os estrangeiros. Acreditava-se que a formação de colônias heterogêneas, com a presença de brasileiros e imigrantes, poderia forçar a assimilação da língua portuguesa. Deu-se início, então, a um programa de enfraquecimento dos traços culturais e linguísticos dos estrangeiros. Segundo Bueno (2008, p. 6), “o objetivo, naquele momento, era o de conseguir integrar todos os imigrantes presentes no país para torná-los verdadeiros brasileiros”.

O decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, foi determinante em relação à não utilização de línguas estrangeiras.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o

ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

O Estado Novo idealizava uma unidade nacional e as referências na Carta constitucional ao meio rural se devem ao fato de um grande número de colônias estrangeiras, principalmente de alemães, italianos e japoneses, estarem constituídas no campo. Nesse mesmo período, houve também a proibição de manterem associações culturais e recreativas que não fossem voltadas aos costumes brasileiros, assim como de falar idiomas estrangeiros em público e inclusive durante cerimônias religiosas. Para Villa (2000), Getúlio não justificava seus atos, a sociedade estava em suas mãos, o poder legislativo não tinha como defender os cidadãos. Segundo Bueno (2008, p.3), o preconceito linguístico, na era Vargas, ocorria de forma externa, quando se tratava de estrangeiros, e outra interna, “envolvendo as variantes desprestigiadas da língua portuguesa e as suas relações com a norma culta (dentre essas variantes desprestigiadas, haveria aquelas utilizadas pelos imigrantes)”.

Em 1944, a forte pressão oposicionista, com a costura de alianças, começou a desestabilizar o governo Vargas. Mas foi apenas no dia 29 de outubro de 1945 que Getúlio renunciou ao cargo da presidência do Brasil que foi assumido pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, sendo deposto em janeiro de 1946, e assumindo a presidência Eurico Gaspar Dutra, que saiu vitorioso nas eleições.

A queda do Estado Novo foi marcada pela defesa da liberdade de expressão. Segundo Gominho (2011, p.23), “[...] o momento histórico anunciado em 1945, era para todos, acima de tudo, uma oportunidade”. A historiadora destaca o intervalo de 1945 a 1955 como o período da redemocratização, mas faz a ressalva de que ainda existiam dispositivos ditatoriais.



O período de 1945 a 1955 ainda é pouco explorado, entretanto concentra o germinar de ideias e paixões que movimentaram as lutas dos chamados Anos Rebeldes: de meados da década de 50 para os anos 60. (GOMINHO, *idem*, p.26).

Os anos seguintes ao Estado Novo são vistos na história como um caminho aberto, um período de tentativas de adaptação. A cultura norte-americana fortalecia-se no Brasil, em um processo que havia se iniciado na Segunda Guerra, conforme destaca Gominho (2011), “O cinema exibia, juntamente com as grandes produções hollywoodianas, noticiários do conflito, e era veículo de propaganda das realizações do Estado Novo” (p.33).

Após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o fluxo de imigrantes sofreu grandes limitações com os governantes, a Revolução de 1930 ficou marcada pela passagem “de uma sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial”, substituindo a imigração estrangeira por uma “política de colonização em proveito das populações nacionais”. Em consequência da institucionalização do governo Vargas, o processo de colonização e a expansão da fronteira agrícola chegaram em alguns estados, entre eles, o de Mato Grosso (BARROZO, 2008, p.24). Neste sentido, o primeiro projeto oficial de colonização, que alavancou essa trajetória migratória, lançado no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), foi intitulado de “Marcha para Oeste”, com o intuito de buscar ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação (CASTRO *et al*, 1994, p.69-70).

Segundo Mendes (2012), o programa deu início em junho de 1943 com a expedição Roncador-Xingu, chefiada pelo Cel. Flaviano de Matos Goiana, formou 43 agrovilas nesse período, sendo algumas delas transformadas em municípios, a partir da década de 70.

4 Imigrantes e seus descendentes em terras sinopenses: em busca de esperança

Iniciada no ano de 1972, “Conhecida inicialmente por Gleba Celeste, que fora

projetada com as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia”, Sinop é uma cidade da região norte de Mato Grosso. Foi fundada em 14 de setembro de 1974 e elevada à categoria de distrito do município de Chapada dos Guimarães, em 1976. A emancipação ocorreu no dia 17 de dezembro de 1979 pelo então governador de Mato Grosso José Garcia Neto (SOUZA, 2004, p.17). Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), atualmente a população estimada é de 132.934 habitantes, e sua economia baseia-se na produção agropastoril, principalmente com lavouras de grãos, exploração e beneficiamento de madeira e criação de gado.

A história oficial de Sinop começou em 1970, quando a Colonizadora Sinop S.A, iniciou, por via aérea, o reconhecimento do local para implantação da Gleba Celeste. Segundo a Colonizadora, a área para implantação do projeto de colonização, adquirida inicialmente, correspondia a 199.064,89ha, correspondente a 214 lotes por compra do Sr. Martin Jorge Phillip, cujo ponto de referência para delimitação foram os marcos dos rios Teles Pires, Caiabi e Tartaruga. Após o sobrevoo sobre a região, foi identificada mais ou menos a área adquirida (ARRUDA 1997, *apud* SOUZA, 2004, p.122).

Seu processo de formação está ligado com a política de colonização privada, quando houve vários programas de ocupação da Amazônia criados pelo governo na época, com a intenção de promover uma produção capitalista do espaço (SOUZA, 2004).

Sinop é uma cidade projetada, planejada com os requisitos de um centro urbano de importância regional, localizada no centro-norte do Estado de Mato Grosso a 500km de Cuiabá, numa área de 645.000 hectares de terra, foi fundada por Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, sendo povoada principalmente por pessoas originárias do Sul com predominância de paranaenses (SOUZA, 2004, p.17).

Souza, nos leva a refletir, assim, sobre a importância da evolução das cidades não só pelo ponto de vista político-urbano, mas, como se tornam resultados de expressões humanas, criam-se artifícios que atendem aos seus próprios interesses e constituem sua identidade.

Desde a sua fundação, Sinop cresceu rapidamente com o esforço de pessoas oriundas de diversas regiões, que vieram em busca de terras e ascensão financeira. Junto



a esses estão os migrantes descendentes de italianos, japoneses e alemães, em busca de uma vida melhor. Neste sentido, Souza (2004) afirma que, com as dificuldades no plantio do café e o incentivo governamental com promessas de terras baratas, muitos vieram para o norte de Mato Grosso com o sonho de riquezas.

Em visita a alguns destes descendentes que estão morando atualmente em Sinop, buscamos informações, que nos remetem ao passado, sobre a imigração, a língua, as condições de moradia, a escola, de quando seus familiares vieram para o Brasil em busca de vida melhor.

A pouco mais de 80 anos da censura às línguas estrangeiras, muitos filhos e netos desses imigrantes guardam em sua memória momentos marcantes vivenciados na Era Vargas por seus avós e familiares, outros, contam histórias que foram passadas de geração para geração. Nas colônias, a obrigatoriedade de adotar a língua portuguesa promoveu a mistura de palavras com as de outros idiomas. Em entrevista aos descendentes de imigrantes, observa-se que houve repreensão à língua materna, vejamos:

Quando meu avô faleceu ainda falava tudo atrapalhado, isso que ele já estava há mais de 60 anos no Brasil. Chegou aqui na pré-adolescência. Mas a língua, é muito mais fácil a pessoa falar a sua língua nata do que adotar dentro da família uma língua imposta (Banderó, 57 anos, neto de alemão).

O avô de Banderó veio para o Brasil para trabalhar na construção da ferrovia Madero-Mamoré, como técnico em edificações, teve cinco filhos, todos nascidos no Brasil, e, reconhecendo a importância do domínio do idioma local, obrigou-lhes a aprenderem a língua portuguesa, mesmo antes de o Estado Novo ser instaurado.

Meu avô era muito exigente. Então o português que o meu pai e os meus tios falavam era muito correto. Meu avô exigia que os professores cobrassem o português correto dos filhos dele (Banderó, 57 anos, neto de alemão).

Eu falava tudo misturado quando ia pro colégio. O professor inclusive era descendente também. Germânico. Então ele fechava um olho pra

quem não sabia se expressar. Mas ele tinha que exigir a língua portuguesa. (Stefan, 81 anos, alemão).

Os meus nonos falavam entre eles em italiano, em casa só se falava em italiano, os filhos mais velhos não frequentavam a escola, os nascidos aqui foram pra escola e falavam português, e a língua ficou tudo misturada, confusa. Só que o italiano foi se perdendo nas gerações, hoje os mais antigos ainda cantam em italiano nas festas, mas falar só quando jogam. (Italiana, 47 anos).

Vale destacar que ele colocou as crianças desde o início na escola e exigiu que deveriam aprender o português “corretamente” por morarem no Brasil mesmo antes do governo fazê-los abster-se da sua língua materna, contudo, essa atitude os tornava sem identidade. Para o autor Rajagopalan, tal ação é considerada uma desconstrução do eu, porque, para ele, a construção da identidade do indivíduo está em sua língua.

[...] a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades estão sempre num estado de fluxo (RAJAGOPALAN, 1998, p.41-42).

Cabe salientar também que, de acordo com nossos entrevistados, as perseguições às línguas maternas dentro das escolas eram frequentes, pois para Vargas, o ensino do português para os imigrantes faria com que estes abandonassem ou deixassem no esquecimento sua cultura e costumes, tornando-se abasileirados. Durante o período da campanha de Nacionalização, a invasão de moradias dos imigrantes por agentes da polícia acontecia com frequência.

Quando eu tinha uns 8 ou 9 anos, às vezes nós não podíamos ir à escola porque tinha uns fiscais que vinha na escola para ver se tinha alguns alunos que não sabia falar o português, e como nós não falávamos o português, e como nós só falávamos em italiano, então nós não íamos para a escola, ficávamos em casa até a professora avisar o pai que os tais fiscais já tinham ido embora (Italiana, 78 anos).

Neste sentido, Bueno (2008) argumenta que a escola era lugar de construção, lugar do novo, do reconhecimento da geografia brasileira e onde através do uso



obrigatório do português os imigrantes esqueceriam os seus antepassados.

A escola passou a ser mais um adjuvante para auxiliar na construção da nacionalidade brasileira. Seria pelo conhecimento da língua portuguesa (e da história e da geografia brasileiras também) que os filhos de imigrantes se assimilariam à sociedade brasileira e, por conseguinte, deixariam de usar a língua e de preservar os costumes de origem de seus pais. Em outras palavras, a escola auxiliaria na transformação do sujeito, de um não-saber-ser para um saber-ser (brasileiro). (BUENO, 2008, p.8).

Ainda nesse mesmo sentido, Vargas fez uma declaração ao *Jornal Paris Soir* da época, que vem de encontro com os argumentos acima citados de Bueno (2008).

A política de nacionalização que estamos praticando [...] abrange duas ordens de providência: umas, de alcance imediato, e outras cujos resultados dependem do tempo. Entre as primeiras, figuram as que concernem a um critério de selecionamento na permissão para a entrada e radicação de elementos alienígenas que se dirigem ao nosso país. [...] Entre as medidas de efeito imediato, as mais relevantes referem-se à obra de nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos e tradições e modos de ser peculiares a outras raças. A língua é um nobre instrumento de soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros na infância e na adolescência, que, até agora, aprendiam pela cartilha dos seus maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano ou de outras latitudes. As forças armadas, que são instituições modularmente nacionais, estão empenhadas nesta bela obra de patriotismo e também de previdência. A entrosagem dessas medidas, aplicadas habilmente, não nos fará temer qualquer possibilidade de incrustações de perturbadoras minorias étnicas no organismo nacional.³

Abaixo, Stefan relata que sua mãe deixou a Alemanha com destino ao Brasil aos 9 anos. Já o pai era o primeiro filho brasileiro, dos dez irmãos (cinco nascidos no Brasil e cinco na Alemanha). Ele conta que algumas artimanhas eram usadas para desviar a atenção das autoridades.

³ Vargas em entrevista ao *Jornal Paris Soir*, cf. 2008, p. 249.

Vieram na nossa casa ver se nós falava em alemão. E nós falava tudo. Gurizada pequena. Em 1942, 43, 44. Então eu sei que um dia chegou um inspetor. Meu pai disse, eu sou brasileiro, quem sabe até mais do que você, e mostrou os documentos - porque muitas vezes quem ia lá em casa também era descendente mas estava na posição de autoridade. Tinha vezes que a coisa passava fácil. Lá em casa, como se falava o dialeto, o pomerano, então as autoridades achavam que se falava inglês e ficava tudo bem porque eles não entendiam aquele alemão que estavam falando ali. (Stefan, 81 anos, alemão).

Entre as medidas estipuladas pelo governo para a massificação da língua portuguesa e o silenciamento dos demais idiomas, estavam a apreensão de livros, documentos e também a prisão daqueles que não falassem a língua portuguesa.

Muitas vezes eles exigiam livros em alemão, aí a gente escondeu... Tinha uma barrica assim, botou feno em cima da bíblia, essas coisas em alemão que tinha, às vezes até as galinha chocava em cima, né? Isso bem no auge da coisa, né? Isso quando eu entrei no colégio. Tinha quase 9 anos. Aí já entendia certas coisas (Stefan, 81 anos, alemão).

Onde eu morava, no norte de São Paulo, o pessoal falava assim: “Não deixa os descendentes falarem em japonês não, é para aprenderem o português, se não falar em português havia punição”, na colônia houve alguns casos de punição, mas conosco não (Japonesa, 37 anos).

Na última guerra, a colônia japonesa foi meio que cercada, né, então não podiam falar japonês, tinha que ficar “boca de siri”, senão se falasse japonês alguém podia dedar e aí tinha punição, né. (Japonês, 70 anos).

Esse silêncio da repreensão, da censura em face da dimensão política é assim relatado por Orlandi (2007, p.29): “tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”, ainda, para a autora, o pensamento é parte da fala em silêncio, pois “Quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o “pensamento”, a introspecção, a contemplação etc.” (p.35).



Considerações Finais

Nesse processo de análise, procuramos refletir sobre os sentidos que norteiam a discursividade dos sujeitos descendentes de alemães, italianos e japoneses migrantes de outras regiões para a cidade de Sinop/MT, sendo que trouxemos à memória tempos de censura e silenciamento que ocorreram com os seus antepassados, imigrantes que vivenciaram a mão opressora do então atual presidente do Brasil, Getúlio Vargas.

Através das entrevistas percebemos que a educação era o lugar de destaque para o governo fazer as exigências e proibições para as famílias de imigrantes, porque era lá na escola que os governantes iriam dominar os estrangeiros e ensiná-los a língua portuguesa desde a infância. Também era interessante como seus familiares faziam para permanecerem no país falando tão pouco a língua portuguesa, as opressões vividas, o medo, a angústia e o sentimento de desrespeito eram iminentes entre os imigrantes. Apesar de todo o sofrimento dos seus antepassados e o período de silenciamento da língua materna, todos se demonstraram felizes em estarem no Brasil e em especial em Sinop/MT. Alguns com uma profissão de mais prestígio (medicina), outros como simples homens do campo, nos deixam o sentimento de missão cumprida. Não se sentem mais discriminados por serem descendentes ou até mesmo de outro país e dizem hoje sentirem-se acolhidos pela nação brasileira.

A época da repreensão e da censura passou, foi doloroso para esses imigrantes que vieram para o Brasil em busca de uma vida digna. Agora estamos em outra época, talvez da censura novamente, mas uma nova censura, não da língua ou do estrangeirismo, mas dos nossos direitos de cidadãos brasileiros.

Por sua vez, o passado continuará nas memórias destes descendentes e irão passá-las para seus filhos, netos e assim sucessivamente, mas nunca poderão dizer que este país não os acolheu, ainda que em situações difíceis, os recebeu, e hoje chamam o Brasil de sua pátria e Sinop de “Terra de toda gente”.



Referências

BARROZO, J. C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Caniato Editorial, 2008, p.15-26.

BUENO, Alexandre Marcelo. O estado novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais. **Estudos Semióticos**. [online] Disponível na Internet via <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>. Editor Peter Dietrich, Número 4, São Paulo, 2008.

CASTRO, S. P. *et al.* **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. Rocketedition, 1999.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade Vermelha: Experiência democrática no pós-Estado Novo Recife, 1945-1955**. Recife: O autor, 2011.

KOIFMAN, Fábio. **O Estado Novo e a admissão de estrangeiros no Brasil (1942-1945)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo**. Companhia das Letras: 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de Identidade em linguística: é chegada a hora da consideração radial? In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

VILLA, Marco Antonio. **Sociedade e História do Brasil - O Estado Novo - X**. Instituto Teotônio Vilela - Órgão de Estudo e Pesquisa do PSDB: 2000.

Sites de Pesquisa

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos - NUPESDD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 8 • Número 23 • Ago/Nov 2017

<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/os-indesejaveis/>

Recebido Para Publicação em 30 de junho de 2017.
Aprovado Para Publicação em 30 de março de 2017.